Os custos e a tributação na venda de grãos de milho estudo de caso de produtor primário no município de Lucas do Rio Verde

Neuza Cristina Caepel käfer (La Salle e EST) - neuzakafer@hotmail.com

Solange Kunzler Schutz (La Salle) - solange@faculdasalle.edu.br

Dusan Schreiber (UFRGS) - dusan@feevale.br

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo geral analisar quais as tributações incidentes na venda dos grãos de milho de um produtor primário localizado no município de Lucas do Rio Verde, Safra 2010. Apurar os custos de produção da cultura e o lucro obtido no período, é imprescindível para fornecer dados que auxiliam na tomada de decisão. A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre a tributação incidente a venda do produto agrícola milho. Metodologicamente, o ambiente pesquisado envolveu um estudo de caso com método de abordagem indutivo, baseado em bibliografia e documentos pertinentes ao tema proposto através da legislação vigente e por coletas de dados escrita nas notas fiscais do produtor primário e nas memórias de cálculos dos custos incorridos. Para interpretação dos dados obtidos e conclusão, serviram de embasamento teórico os estudos sobre custos na produção agrícola e a incidência da tributação na venda dos grãos de milho.

Palavras-chave: custos produtor primário impostos legislação

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

Os custos e a tributação na venda de grãos de milho: estudo de caso de produtor primário no município de Lucas do Rio Verde.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar quais as tributações incidentes na venda dos grãos de milho de um produtor primário localizado no município de Lucas do Rio Verde, Safra 2010. Apurar os custos de produção da cultura e o lucro obtido no período, é imprescindível para fornecer dados que auxiliam na tomada de decisão. A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre a tributação incidente a venda do produto agrícola milho. Metodologicamente, o ambiente pesquisado envolveu um estudo de caso com método de abordagem indutivo, baseado em bibliografia e documentos pertinentes ao tema proposto através da legislação vigente e por coletas de dados escrita nas notas fiscais do produtor primário e nas memórias de cálculos dos custos incorridos. Para interpretação dos dados obtidos e conclusão, serviram de embasamento teórico os estudos sobre custos na produção agrícola e a incidência da tributação na venda dos grãos de milho.

Palavras-chaves: Custos. Impostos. Produtor Primário. Legislação.

Área Temática: Custos.

1 INTRODUÇÃO

A produção agrícola é o principal setor do sistema econômico do município de Lucas do Rio Verde. A partir da agricultura é que surgem possíveis investimentos em outros setores, como o setor de serviços e industrial. O município de Lucas do Rio Verde destaca-se como um dos mais importantes pólos do agronegócio de Mato Grosso e do País. É responsável por 1% de toda produção brasileira de grãos, embora sua área ocupe apenas 0,04% do território nacional. Com a agricultura em grande expansão se torna mais variável a economia do município, incentivando à instalação de novas empresas, através da isenção de impostos e da disponibilização de lotes subsidiados com toda a infraestrutura necessária tendo como preocupação o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio social do município, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde (2013).

As médias e grandes áreas de produção do município de Lucas do Rio Verde produzem grãos e fibras como soja, milho, algodão entre outros.

O município é também um dos grandes produtores nacionais de milho segunda safra, está em 2º lugar no Médio-Norte do estado de Mato Grosso, segundo dados do IMEA (2013).

A agregação de valores através da diversificação econômica pode vir a gerar a industrialização do produto no mercado local trazendo geração de empregos e renda, alavancando a economia da cidade, além de contribuir para geração de impostos para os cofres municipais, sendo importante também para o crescimento econômico e para o PIB – produto interno bruto.

Como toda atividade realizada no Brasil, como produção, vendas e serviços existem a obrigatoriedade de se recolher impostos, taxas e contribuições para os cofres Nacional, Estaduais e Municipais. Na atividade rural não é diferente, porém existem alguns benefícios concedidos ao produtor primário, uma vez que o produtor primário opte pelo deferimento conforme artigo 333 RICMS – Regulamento de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço. Existem algumas situações nas vendas dos grãos de milho em que o produtor deverá recolher o Fundo de Apoio a Agricultura - FAC, Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB e Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL.

1.1 Problemática do Estudo

A área cultivada em Mato Grosso, atualmente, é de aproximadamente 1.774.350ha de milho plantado, sendo que Lucas do Rio Verde é considerado o 2º maior produtor de milho de segunda safra (safrinha) com 150.000ha da região médio-norte do estado do Mato Grosso, segundo dados do IMEA, trazendo geração de empregos e um crescimento elevado de investimento industrial à economia do município.

A agregação de valores através da diversificação econômica pode vir a ocasionar a industrialização do produto no mercado local trazendo geração de empregos e renda, alavancando a economia da cidade, além de contribuir para incidência de impostos para os cofres municipais, sendo importante também para o crescimento econômico. Com o crescimento de Lucas do Rio Verde há o interesse em aprimorar os conhecimentos na tributação desse grão envolvendo a venda de milho da safra de 2010. Assim, o objeto de estudos foi um produtor primário, que por motivos pessoais preferiu que sua identidade permanecesse no anonimato neste trabalho, cuja propriedade está localizada no Médio-Norte do Estado de Mato Grosso na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, CEP 78.455-00, com área total de 490ha de área explorada, sua inscrição no Estado de Mato Grosso iniciou em 14/06/1990, onde ocorre o cultivo de milho.

1.2 Objetivo Geral

Analisar quais as tributações incidentes na venda dos grãos de milho realizado pelo produtor primário, localizado no município de Lucas do Rio Verde, Safra 2010.

1.2.1 Objetivos específicos

Levantar os custos de produção do milho e apresentar o lucro líquido por saca de milho vendida;

Identificar quais as obrigações tributárias atribuídas ao produtor primário na venda de milho;

Analisar se as legislações tributárias estavam sendo aplicadas nas operações mercantis de milho, do produtor primário na safra 2010.

1.3 Justificativa

A economia do município de Lucas do Rio Verde gira em torno da atividade agrícola, sendo um dos setores responsáveis pelo crescimento de empregos e de benefícios a sociedade com suas comercializações.

A legislação do Estado de Mato Grosso vem sendo modificada e alterada constantemente, e é uma área que se encontra em constante cobrança e observação por parte do Fisco, permitindo assim diversas maneiras de escriturar e apurar os tributos da área rural.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade

2.1.1 Conceito de contabilidade

É uma ciência social que resgata, resume, analisa todos os fatos ocorridos em determinado período e que afetam o Patrimônio e desempenho de uma empresa, e auxilia para tomada de decisões.

Marion (2005, p. 25) diz que: “A contabilidade é o instrumento que forme o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

2.2 Contabilidade Tributária

2.2.1 Conceito

A contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que tem por objetivo de aplicar conceitos, princípios e normas básicas demonstrando a situação do patrimônio e o resultado do exercício da entidade, a legislação é o que rege os tributos pelo resultado das demonstrações.

Fabretti (2003, p. 29) diz que “a contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”.

Pode se entender ainda que a contabilidade tributária seja a especialização da contabilidade que tem por objetivo o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária, e é responsável pela apuração dos tributos incidentes na atividade de uma determinada empresa. Adaptando a empresa as possíveis sanções legais e fiscais, segundo (OLIVEIRA, CHIEREGATO, JUNIOR E GOMES 2005).

2.3 Tributos

2.3.1 Conceito

O conceito de tributo encontra-se expresso no Código Tributário Nacional - CTN: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Portanto, tributo é todo pagamento efetuado mediante os bens ou serviços prestados sendo pagos em moeda nacional e cobrados se estabelecidos em lei, sendo que nenhuma autoridade poderá escolher quando e como deverá cobrar, pois já estará estabelecido em lei.

2.4 Tributos incidentes sobre a atividade rural

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço) é o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços prestados em relação a serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de mercadoria que é cobrado conforme enquadramento de cada empresa. Para tal imposto existe o chamado Diferimento que aplicado para a venda da produção agrícola, art. 333 e ss. do Regulamento de ICMS - RICMS c/c art. 7, do Anexo X do RICMS:

Art. 7º O lançamento do imposto incidente na saída de estabelecimento produtor de produto *in natura*, de origem mato-grossense, não arrolado no Capítulo II do Título V do Livro I das disposições permanentes e neste Anexo, ao qual não se atribua outro tratamento tributário específico, neste regulamento ou na legislação tributária, poderá ser diferido para o momento em que ocorrer:

- I – sua saída para outra unidade federada ou para o exterior;
- II – sua saída para outro estabelecimento comercial ou industrial, ainda que pertencente ao mesmo titular;
- III – a saída resultante do seu beneficiamento ou industrialização.

Parágrafo único A fruição do deferimento em hipótese abrangida neste artigo, ainda que a saída seja promovida por estabelecimento produtor equiparado a comercial ou industrial, é opcional e sua utilização implica ao mesmo:

- I – renúncia ao aproveitamento de quaisquer créditos;
- II – aceitação como base de cálculo dos valores fixados em lista de preços mínimos, divulgadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, quando houver.

No caso do produtor rural, é a transferência da responsabilidade pelo pagamento do imposto referente às operações anteriores, ao industrial ou comercial.

No deferimento, o substituto é o responsável pelo pagamento do imposto devido não somente sobre suas operações, mas também sobre as anteriores.

Todo produtor rural para usufruir do benefício do deferimento do ICMS terá que recolher o FETHAB, FAC nas operações de venda internas no estado de Mato Grosso. Conforme Capítulo III, sessão I, artigo 10 do Decreto nº 1.950/09, que diz:

Art. 10 O benefício do deferimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, previsto na legislação estadual para as operações internas com soja, gado em pé e madeira, fica condicionado a que os contribuintes, remetentes da mercadoria, contribuam para o FETHAB e, ainda, quando for o caso, para o Fundo de Apoio à Cultura da Soja – FACS, ao Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte – FABOV, ao Fundo de Apoio à Madeira – FAMAD, bem como para o Instituto Mato-grossense de Algodão – IMAMT.

Deve ainda estar com cadastro regular perante o estado, fazer operações regulares e utilizar documentos idôneos. Conforme art. 339-A do RICMS, “7º. A existência de irregularidade em nome do remetente interrompe o deferimento, obrigando o mesmo a efetuar o recolhimento do imposto correspondente à operação antes da saída da mercadoria”.

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) foi criado pelo decreto 14.085/92 de 1991 para promover recurso a pessoas físicas e jurídicas no distrito federal para atividade artísticas e culturais é cobrado para obtenção de benefício conforme Capítulo I, artigo 5º, inciso 1º da Lei 7.263/2000.

A arrecadação decorrente da aplicação do disposto nos Arts. 7º, I e III, 7º-A, com exceção da contribuição destinada ao IMAMT, 7º-C, com exceção da contribuição destinada ao FABOV, 7º-D, com exceção da contribuição destinada ao FACS, 7º-F, com exceção da contribuição destinada ao FAMAD, 7º-G e 12, desta lei, inclusive acréscimos legais cabíveis.

O valor do FAC por tonelada de soja a ser recolhido na venda interna é calculado 2,52% sobre a Unidade Padrão Fiscal - UPF/MT conforme Capítulo II, artigo 7º parágrafos 1º, item a da Lei 7.263/2000: “2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de soja transportada;”

O Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB criado pela lei 7.263 em 27/03/2000 para financiar obras rodoviárias e habitacionais no estado de Mato Grosso, no qual seu recolhimento se dá nas operações internas de soja e gado em pé e no decorrer dos anos foram sofrendo alterações para que seu recolhimento seja nas vendas internas de soja, algodão, gado em pé, madeira e combustíveis.

O valor do FETHAB por tonelada de soja a ser recolhido na venda de soja interna é calculado 19,21% sobre a UPF/MT conforme Capítulo II, artigo 7º parágrafos 1º item a da Lei 7.263/2000, diz que: “19,21% (dezenove inteiros e vinte e um centésimos por cento) do valor da UPF/MT (R\$ 31,99), vigente no período, por tonelada de soja transportada; (R\$ 6,145)”.

O valor do FETHAB por cabeça de gado a ser recolhido na venda interna é calculado 23,52% sobre a UPF/MT conforme Capítulo II, artigo 7º parágrafos 1º item B da Lei 7.263/2000, diz que: “23,52% (vinte e três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do valor da UPF/MT vigente no período, por cabeça de gado transportada para o abate; (R\$ 7,52)”.

O valor do FETHAB por metro cúbico de madeira a ser recolhido na venda interna é calculado 18,61% sobre a UPF/MT conforme Capítulo II, artigo 7º parágrafos 1º item C da Lei 7.263/2000, diz que: “18,61% (dezoito inteiros e sessenta e um centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por metro cúbico de madeira transportada; (R\$ 5,95)”.

O valor do FETHAB por tonelada de algodão a ser recolhido na venda de interna é calculado 20,47% sobre a UPF/MT conforme Capítulo II, artigo 7º parágrafos 1º item D da Lei 7.263/2000, diz que: “20,47% (vinte inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) do valor da UPF/MT, vigente no período, por tonelada de algodão transportada; (R\$ 6,548)”.

Fundo de Assistência ao trabalhador rural - Funrural ou contribuição social rural é a contribuição destinada a seguridade geral (INSS), onde é cobrado sobre o receita bruta da comercialização de toda produtos rural e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da venda. Conforme Decreto Nº 3.048, de 06 de maio de 1999:

Art. 200. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam o inciso I do art. 201 e o art.202, e a do segurado especial, incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, é de:

I - dois por cento para a seguridade social; e

II - zero vírgula um por cento para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR foi criado pela Lei de nº 8315 de 1991 destinado para ensinos da formação profissional rural em toda região nacional sob forma de cooperação. É organizado, administrado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e dirigido por um colegiado com a seguinte composição:

Art. 1º É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

Art. 2º O Senar será organizado e administrado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e dirigido por um colegiado com a seguinte composição:

I - um representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - um representante do Ministério da Educação;

III - um representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;

IV - um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

V - um representante das agroindústrias;

VI - cinco representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e

VII - cinco representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Parágrafo único. O colegiado de que trata o caput deste artigo será presidido pelo Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O recolhimento do SENAR foi se aprimorando pelo artigo 3º da Lei nº 8.315/91, artigo 2º da Lei 8.540/92 e na Lei 9.528/97, com a redação dada pela Lei 10.256/2001, o seu recolhimento é de 0,2% sobre a receita bruta dos produtos vendidos pelo produtor rural conforme artigo 6º da lei 10.256/2001.

A contribuição do empregador rural pessoa física e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art.12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, é de zero vírgula dois por cento, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção rural.

Conforme parágrafo 1º e 2º do Art. 585, capítulo VI do RICMS a unidade Padrão fiscal – UPF é a importância fixada para cálculo de multa e limite para efeito de tributação, onde é atualizado pela variação do índice geral de preço, conceito disponibilidade interna – IGP-DI semestralmente.

Imposto sobre a renda e proventos de Qualquer natureza são os valores cobrados de qualquer pessoa física ou Jurídica, por intermédio do resultado da empresa, dos valores recebidos na alienação de bens ou retido em fonte do assalariado, onde compete a União. Conforme art. 43 da CTN que:

O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

A base de cálculo do imposto se dá pelo resultado entre receita e despesas, nos rendimentos recebidos do assalariado, no ganho recebido por intermédio de alienação de bens e negociação em financeiras e por arbitramento ou presumido. Conforme “art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.”

2.5 Contabilidade Rural

Quando estudada de um modo geral, a contabilidade pode ser aplicada a qualquer ramo de atividades, ou de uma forma particular quando aplicada a um ramo ou setor da economia específica. Neste caso denomina-se Contabilidade Geral ou Contabilidade Financeira. Quando aplicada a um segmento específico, recebe a denominação da atividade a qual está atribuída, como por exemplo contabilidade Rural, Contabilidade Agrícola. (Marion, 2012).

A identificação de uma cultura temporária está diretamente relacionada com o tempo de vida e a quantidade de produções que ela pode proporcionar.

Nas palavras de Marion, 2012, culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente o período de vida é curto. Após a colheita são arrancados do solo, para que seja iniciado novo plantio.

A contabilização das culturas temporárias é realizada no Ativo Circulante, onde será classificada numa subconta, na qual serão acumulados todos os custos que compõem a produção desta. Em se tratando de uma propriedade onde são cultivadas diversas culturas, acontecerá a apropriação dos custos indiretos a cada ativo biológico produzido.

Como custo desta cultura podemos definir desde a semente, insumos, inseticidas, depreciação do maquinário, custo da colheita, custo de armazenamento (quando o produto ficar acondicionado por um tempo relativamente longo aguardando a melhora no preço de venda).

A cultura temporária não sofre depreciação, uma vez que sua vida é extinguida totalmente com a colheita.

2.6 Contabilidade de Custos

O controle dos custos da propriedade rural é essencial para o conhecimento dos desembolsos incorridos na produção, possibilitando a percepção de lucro ou prejuízo, visto que a finalidade da contabilidade é fornecer informações para auxiliar na tomada de decisão. O controle de estoques para o produtor rural é indispensável, pois pode se tornar dispendioso, uma vez que ao optar por armazenar adubo de um ano para outro, poderá haver perda deste produto, bem como a armazenagem de sementes pode acarretar na diminuição da germinação.

Com o advento das indústrias, tornou-se mais complexa a função do Contador que, para levantamento de balanço e apuração de resultado, não dispunha agora tão facilmente dos dados para poder atribuir valores aos estoques; seu valor de “Compras” na empresa comercial estava agora substituindo para uma série de valores pagos pelos fatores de produção utilizados. (MARTINS 2003, p. 20)

Como nas indústrias, a atividade agrícola também realiza a produção no próprio estabelecimento, sendo assim, depende muito de um controle eficiente de estoque, já que o custo de produção é a soma de tudo o que se gastou na safra que está se formando, desde gastos antes do plantio até os gastos de comercialização da safra colhida.

Na Contabilidade Agrícola, podem ser considerados custos diretos os quais não necessitam de um critério de rateio para atribuí-los a produção e que haja uma medida de consumo destes produtos. Alguns exemplos de custos diretos são os custos com insumos,

mão-de-obra direta, depreciação do maquinário e equipamentos usados na produção, já os custos indiretos são aqueles que para se atribuir a produção deve-se utilizar algum modo de rateio, como a energia elétrica, impostos e taxas cobrados sobre a propriedade, arrendamentos e a manutenção e peças compradas para manter as máquinas e equipamentos.

2.6.1 Custos e Despesas da Atividade Agrícola

Quando se fala em custos e despesas, é comum acreditar que a definição é a mesma, uma vez que ambos acarretam desembolso de numerário do caixa ou no aumento de obrigações. A diferença básica está em que custos dos produtos são todos os recursos que foram usados na cultura que são possíveis de identificação.

Por convenção, e para facilitar a comunicação deste assunto, considera-se custos de cultura todos os custos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (ou produto), como sementes, adubos, mão-de-obra (direta ou indiretamente), combustíveis, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura, serviços agrônômicos e topográficos, etc.” (MARION 2005 p. 38)

Já as despesas, são os recursos utilizados e que não são diretamente identificáveis com a cultura produzida na propriedade.

Como despesas do período entende-se todos os gastos não identificáveis com a cultura, não sendo, portanto, acumulados no estoque (culturas temporárias), mas apropriados como despesas do período. São despesas de venda (propaganda, comissão de vendedores...), despesas administrativas (honorários do diretores, pessoal do escritório...) e despesas financeiras (juros, correção monetária...)” (MARION 2005 p. 38)

Os custos diretos estão diretamente ligados a produção, não necessitam de um critério de rateio para que eles possam ser atribuídos a cultura para Crepaldi(1998 p. 91) “Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos produtos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo”. Por este método podemos aferir os desembolsos praticados pelo produtor na cultura em questão.

Alguns dos custos diretos mais frequentes são os insumos utilizados na produção, pois eles foram aplicados diretamente no produto, são sementes, defensivos agrícolas, fertilizantes, o óleo diesel também pode ser considerado um custo direto, e os custos com a mão-de-obra e encargos sociais, férias, décimo terceiro e FGTS (Fundo de Garantido por Tempo de Serviço), são custos diretos, pois podem ser diretamente identificados com a produção.

Os custos indiretos não são diretamente identificáveis à cultura, e para atribuí-los a mesma, faz-se necessário adotar um critério de rateio para distribuí-lo, evitando que ocorreram distorções nos resultados, fazendo com que o produtor opte por uma cultura que pode não ser tão lucrativa quanto imagina.

Como exemplos de custos indiretos na atividade agrícola, podemos citar gastos com arrendamento, gastos com contabilidade e depreciação dos maquinários utilizados no preparo do solo e na colheita. Para Crepaldi(1998 p. 91) “Custos indiretos, para serem incorporados aos produtos agrícolas, necessitam da utilização de algum critério de rateio. Exemplos: aluguel, iluminação, depreciação, salários de administradores, peças reparos nos maquinários etc.” que serão aplicados na proporção em que a cultura ocupa espaço na propriedade.

Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com a produção, eles aumentam de acordo com o a produção. Para Crepaldi(1998 p. 92) Custos variáveis variam proporcionalmente ao volume produzido.”

Então para se atingir uma alta produção média por hectare o agricultor deve investir em sementes com um alto potencial produtivo, utilizar mais adubação para que a planta se desenvolva melhor e mais forte, gastar mais com os fretes devido a uma maior produção, dentre outros custos que se alteram em razão da produção. Mas deve ser levado em conta na produção o fator climático, pois estes fenômenos são imprevisíveis. Se o agricultor decidir por

não plantar nenhuma cultura o seu custo variável será igual zero, pois ele não desembolsará valores com frete por exemplo.

Custos fixos são aqueles que o agricultor terá independente de sua produção, para Crepaldi(1998 p. 92) “Custos fixos são aqueles cujo total não varia proporcionalmente ao volume produzido. Exemplo aluguel, impostos, etc”.

Mesmo sendo chamados de custos fixos, os valores podem sofrer alterações para mais ou para menos, pois sendo fixos, terão valor mesmo que não exista produção. Eles podem variar dependendo da produção também. Exemplo: se o agricultor tem sempre os mesmos custos fixos e seu rendimento médio está entre 60 e 80 sacas por hectare e no outro ano resolve que vai tentar atingir a meta de 95 a 100 sacas por hectare, isso implicará em um aumento não apenas dos custos variáveis, mas também dos custos fixos.

O custo x benefício é algo que sempre deve estar presente na mente do produtor rural, pois ele deve analisar todas as possibilidades e cultivar a variedade mais rentável para a propriedade.

“O controle das atividades agrícolas em empreendimentos rurais, fundamentais para a correta avaliação dos mesmos e posterior tomada de decisão (vale a pena plantar? Qual é a melhor alternativa: milho ou soja?) deve integra-se ao cotidiano do produtor”(CREPALDI 1998 p. 144)

Antes do plantio de cada cultura o agricultor deve fazer o cálculo para saber se o que ele está planejando plantar, dará realmente o resultado esperado. Devido ao fator climático da região de Lucas do Rio Verde, o produtor deverá iniciar o cultivo do milho imediatamente o término da colheita da soja para evitar que a estiagem prejudique a formação final da lavoura de milho.

Uma opção para a produção de milho quando for em época tardia é plantá-lo com baixos investimentos, pois este cultivo traz vários benefícios como o controle de ervas daninhas, uma vez que a terra fica produtiva, impedindo que as ervas daninhas cresçam e formem sementes que podem vir a atrapalhar a soja depois. O milho produz matéria orgânica rica em potássio e a sua palhada ajuda a manter a umidade do solo (não deixa o solo exposto ao sol e ao vento diminuindo a evaporação).

Antes do início da colheita os custos com a produção da cultura são lançadas em uma conta que é da cultura em formação, mas quando chega a hora de colher esse produto, ele já não está mais em formação, ou seja, é um produto acabado, então cria-se uma conta para produtos acabados e transfere-se os saldos da cultura em formação somando os custos da colheita, resultando assim, o valor do produto agrícola em estoque, quando o mesmo é vendido dá-se baixa no estoque de forma proporcional a quantidade vendida e esse estoque vira o custo do produto vendido.

A essa conta de “Produtos Agrícolas” serão somados todos os custos posteriores à colheita (para acabamento do produto ou deixá-lo em condições de ser vendido, consumido ou reaplicado, tais como beneficiamentos, acondicionamento etc.) e todos os custos para a manutenção desse estoque: silagem, congelamento etc. (MARION 2005 p. 39)

Alguns produtores não vendem imediatamente seus produtos após a colheita e permanecem com eles armazenados a espera de um preço melhor. Os gastos com esse armazenamento são lançados como despesas do período, seriam despesas com vendas, mas estes gastos também podem ser lançados como custos ficando assim mais evidente o custo final do produto a ser vendido.

Todavia, considerando que o produto agrícola pode ficar em estoque para vendas futuras (especulação), algumas vezes ultrapassando um ano, há quem prefira contabilizar os gastos de armazenamento acumulado no custo (estoque), identificando melhor o custo do produto no momento da venda. Marion (2005 p. 39).

Diante do exposto, fica à critério do produtor optar por classificar os valores pagos para a armazenagem do milho como custos ou despesas do período.

2.7 Milho

O milho é um dos cereais mais consumidos hoje no mundo, juntamente com o trigo e o arroz. A sua origem é americana, onde era cultivado pelas civilizações pré-colombianas e após o “descobrimento” da América ele foi espalhado primeiramente pela Europa depois pelo mundo todo (GRANDE ENCILOPÉDIA BARSA v. 10 2004)

O seu ciclo varia de acordo com sua variedade, existindo espécies de milhos mais precoces que possuem o seu ciclo de 120 dias e outras mais tardias que podem chegara 160 dias.

Ele é de grande importância alimentar, pois desde que está verde já é possível consumi-lo, quando os grãos estão em processo de enchimento não completamente desenvolvido as espigas são colhidas e cozidas para a alimentação ou até mesmo os grãos são retirados da espiga para fazer o curau, a pamonha e até mesmo alguns bolos. Antes de secar, o milho também pode ser usado na alimentação de animais por meio da silagem, onde o pé de milho é cortado inteiro e moído. E quando seca, o milho é colhido e seus grãos possuem diferentes utilidades que servem desde a alimentação animal até a alimentação humana.

Segundo a Grande Enciclopédia Barsa v.10 (2004 p. 32) “Poucas espécies foram geneticamente melhoradas pelo homem quanto o milho”. O milho possui as suas variedades, que são as plantas nativas encontradas na natureza, e os híbridos, que são os cruzamentos entre duas variedades (híbrido simples), entre uma variedade e outro híbrido (híbrido triplo) e cruzamento entre dois híbridos (híbrido duplo), sendo que os melhores resultados são obtidos com os híbridos simples.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso, por se entender que apresenta melhor aderência ao objetivo e às questões que nortearam o estudo. Tull e Hawkins (1976, p. 323) afirmam que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular". De acordo com Yin (2010), a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser no estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. O estudo foi realizado com uma visão externa dos pesquisadores, sem envolvimento nem manipulação de quaisquer informações e os fatos levantados pelo estudo são contemporâneos. Dentre as aplicações para o estudo de caso citado por Yin (2010), nesse trabalho procurou-se descrever o contexto da vida real e realizar uma avaliação descritiva.

O estudo de caso é útil, segundo Bonoma (1985, p. 207), "... quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre". Os objetivos do Método do Estudo de Caso não são a quantificação ou a enumeração, "... mas, ao invés disto: (1) descrição; (2) classificação (desenvolvimento de tipologia); (3) desenvolvimento teórico; e (4) o teste limitado da teoria. Em uma palavra, o objetivo é compreensão" (p. 206). Na parte empírica deste estudo descrevem-se situações que ocorreram, confrontando-as com a teoria de forma restrita à organização pesquisada.

A opção pelo estudo de caso foi tomada pelos autores com base na aderência metodológica que o mesmo apresenta com os objetivos da pesquisa. O estudo de caso permite análise aprofundada de um fenômeno através dos aspectos que o constituem, permitindo ao pesquisador compreender as complexidades inerentes ao evento (GIL, 2009; YIN, 2010). Para tanto, foram coletados dados das notas fiscais de venda emitidas pelo produtor primário no ano de 2010 e efetuadas consultas às memórias de cálculo das planilhas de custos da propriedade.

O estudo pode ser considerado descritivo por analisar as características do fenômeno em tela (análise das notas fiscais emitidas e planilha de custos) relacionando as variáveis sem interferência do pesquisador e exploratório, devido à adoção de procedimentos de coleta que objetivam a compreensão da temática analisada (CERVO; BERVIAN, 2002; GIL, 2009; ANDRADE, 2009).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Levantar os custos que fizeram parte da composição da safra de milho 2010 do produtor primário.

O produtor primário pesquisado possui uma área cultivada de 490 hectares, nos quais obteve uma colheita de 34.421 sacas de milho, sendo que para a produção da safra 2010, apresentou os seguintes custos com base nas memórias de cálculo cedidas pela propriedade:

TABELA 01 – Custos Totais

Sementes	R\$ 60.031,94
Uréia 46%	R\$ 43.630,75
Adubo NPK18-00-36	R\$ 61.106,75
Saluzi 600 FS	R\$ 7.588,87
Saddler	R\$ 8.103,37
Roundup WG	R\$ 6.097,89
Cefanol	R\$ 5.492,65
Herbitrin 500 BR	R\$ 8.268,75
Assist	R\$ 1.051,78
Nomolt 150	R\$ 8.223,42
Imunit	R\$ 6.801,12
Óleo Diesel	R\$ 14.594,06
Funcionários	R\$ 9.627,19
Peças	R\$ 12.135,33
Frete	R\$ 17.210,50
Total	R\$ 269.964,43

Fonte: O Autor (2013)

O custo médio por saca de milho produzido é de R\$ 7,84(sete reais e oitenta e quatro centavos) e pode-se perceber que o custo mais relevante é quanto aos insumos, que juntos chegam a ultrapassar mais da metade dos custos totais da produção da propriedade pesquisada. A receita média obtida por saca de milho comercializada, foi de R\$ 14,05 (quatorze reais e cinco centavos), o que num confronto inicial entre custos e receitas, resultou num lucro bruto de R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos), e após a incidência dos tributos na emissão da Nota Fiscal de venda, o lucro líquido resultou em R\$ 5,89(cinco reais e oitenta e nove centavos) por saca para o produtor, ressaltando que não foram consideradas as despesas do período na apuração final do resultado.

TABELA 02 - Apuração do resultado líquido da colheita do milho safra 2010

Receita Total do Ano de 2010		483.698,01
Custos Totais do Ano de 2010		(269.964,43)
Lucro Bruto do Ano de 2010		213.733,58
Impostos sobre a venda da Safra 2010		
Funrural		(10.157,65)
FEHTAB		(913,14)
Lucro líquido da safra de milho 2010		202.662,79
Total de Sacas colhidas na safra 2010	34.421	
Lucro líquido por saca		5,89

Fonte: O Autor (2013)

4.2 Identificar quais são as obrigações tributárias que o produtor primário, possui quando realiza a venda de milho.

Segunda a legislação vigente o produtor rural deverá recolher o imposto ICMS e as contribuições FAC, FEHTAB, FURURAL e SENAR na venda de milho:

4.2.1 Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS

ICMS é o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços prestados em relação a serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de mercadoria que é cobrado conforme enquadramento de cada empresa.

Diferido para a venda da produção agrícola, art. 333 e ss. do Regulamento de ICMS - RICMS c/c art. 7, do Anexo X do RICMS:

Art. 7º O lançamento do imposto incidente na saída de estabelecimento produtor de produto *in natura*, de origem mato-grossense, não arrolado no Capítulo II do Título V do Livro I das disposições permanentes e neste Anexo, ao qual não se atribua outro tratamento tributário específico, neste regulamento ou na legislação tributária, poderá ser diferido para o momento em que ocorrer:

- I – sua saída para outra unidade federada ou para o exterior;
- II – sua saída para outro estabelecimento comercial ou industrial, ainda que pertencente ao mesmo titular;
- III – a saída resultante do seu beneficiamento ou industrialização.

Parágrafo único A fruição do deferimento em hipótese abrigada neste artigo, ainda que a saída seja promovida por estabelecimento produtor equiparado a comercial ou industrial, é opcional e sua utilização implica ao mesmo:

- I – renúncia ao aproveitamento de quaisquer créditos;
- II – aceitação como base de cálculo dos valores fixados em lista de preços mínimos, divulgadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, quando houver.

No caso do produtor rural, é a transferência da responsabilidade pelo pagamento do imposto referente às operações anteriores, ao industrial ou comercial.

No deferimento, o substituto é o responsável pelo pagamento do imposto devido não somente sobre suas operações, mas também sobre as anteriores.

4.2.2 Fundo de assistência ao trabalhador rural - Funrural

Fundo de Assistência ao trabalhador rural - Funrural ou contribuição social rural é a contribuição destinada a seguridade geral (INSS), onde é cobrado sobre o receita bruta da comercialização de toda produção rural e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da venda. Conforme Decreto Nº 3.048, de 06 de maio de 1999:

Art. 200. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam o inciso I do art. 201 e o art.202, e a do segurado especial, incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, é de:

- I - dois por cento para a seguridade social; e
- II - zero vírgula um por cento para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

4.2.3 Serviço nacional de aprendizagem rural – SENAR

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR foi criado pela Lei de nº 8315 de 1991 destinado para ensinos da formação profissional rural em toda região nacional sob forma de cooperação. É organizado, administrado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e dirigido por um colegiado com a seguinte composição:

Art. 1º É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

Art. 2º O Senar será organizado e administrado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e dirigido por um colegiado com a seguinte composição:
I - um representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
II - um representante do Ministério da Educação;
III - um representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;
IV - um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
V - um representante das agroindústrias;
VI - cinco representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e
VII - cinco representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).
Parágrafo único. O colegiado de que trata o caput deste artigo será presidido pelo Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O recolhimento do SENAR foi se aprimorando pelo artigo 3º da Lei nº 8.315/91, artigo 2º da Lei 8.540/92 e na Lei 9.528/97, com a redação dada pela Lei 10.256/2001, o seu recolhimento é de 0,2% sobre a receita bruta dos produtos vendidos pelo produtor rural conforme artigo 6º da lei 10.256/2001.

A contribuição do empregador rural pessoa física e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art.12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, é de zero vírgula dois por cento, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção rural.

4.3 Analisar se as legislações tributárias estavam sendo aplicadas nas operações mercantis de milho, do produtor primário na safra 2010.

Conforme a pesquisa realizada de quais as cargas tributárias incidentes na operação das vendas de milho no Capítulo 4.1, analisamos as seguintes informações nas demonstrações das notas fiscais do produtor rural.

Na venda de soja a cobrança do FUNRURAL de 2,1% onde está distribuído da seguinte forma: 2,0% a Previdência Social, 0,1% para risco ambiental do trabalho – RAT conforme “art. 200 do decreto de nº 3048 de 06 de maio de 1999” e de 0,2% para Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR criado pela lei 8315 de 1991 e atualizada pela lei de nº 8540/92, nº 9528/97 e 10.256/91 ambos são calculo pelo valor bruto da venda de produtos In natura e recolhido pela mesma guia.

O recolhimento do Funrural é de responsabilidade do adquirente da mercadoria conforme inciso V do artigo 184 da instrução normativa RFB 971/09.

O prazo para recolhimento do funrural conforme inciso III do artigo 80 da instrução normativo RFB 971/09 é no vigésimo dia seguinte da aquisição do produto.

TABELA 3 – Descrição das notas fiscais de venda de milho do período de Janeiro à dezembro de 2010

Nº da NF	PJ / PF	CFOP	Data	Descr.	Quant.	Valor NF
306	PJ	5.101	01/Fev	Milho	Complementar	2.280,00
403/405	PJ	5.101	10/Nov	Milho	199.920	46.793,79
406/410	PJ	5.101	10/Nov	Milho	345.168	80.424,14
411/420	PJ	5.101	10/Nov	Milho	833.640	194.238,12
421/432	PJ	5.101	11/Nov	Milho	686.532	159.961,96
Total do Ano de 2010					2.065.260	483.698,01

Fonte: O Autor (2013)

Na venda de milho em grãos o produtor rural tem o benefício do diferimento da cobrança de ICMS conforme art. 333, inciso I, item b do capítulo II do RICMS;

Art. 333 O lançamento do imposto incidente nas saídas de: I – arroz em casca, feijão e soja em vagem ou batidos, milho em palha, em espiga ou em grão e semente de girassol de produção mato-grossense, poderá ser diferido para o momento em que ocorrer:

[...]

b) sua saída para outro estabelecimento comercial ou industrial;

TABELA 4 – Cálculo do FUNRURAL e SENAR de Milho do período de Janeiro à dezembro de 2010

Nº da NF	PJ / PF	CFOP	Data	Descr.	Quant.	Valor NF	FUNRURAL	SENAR
							2,1%	0,2%
306	PJ	5.101	01/01 á 31/01	Milho	Complementar	2.280,00	47,88	4,56
403 á 432	PJ	5.101	01/11 á 30/11	Milho	2.065.260	481.418,01	10.109,77	926,84
Total do Ano de 2010					2.065.260	483.698,01	10.157,65	913,14

Fonte: O Autor 2013

Na venda de milho a cobrança do FUNRURAL de 2,1% onde está distribuído da seguinte forma: 2,0% a Previdência Social, 0,1% para Risco ambiental do trabalho – RAT conforme “art. 200 do decreto de nº 3048 de 06 de maio de 1999” e de 0,2% para Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR criado pela lei 8315 de 1991 e atualizada pela lei de nº 8540/92, nº 9528/97 e 10.256/91 ambos são calculo pelo valor bruto da venda de produtos In natura e recolhido pela mesma guia.

O recolhimento do Funrural é de responsabilidade do adquirente da mercadoria conforme inciso V do artigo 184 da instrução normativa RFB 971/09.

O prazo para recolhimento do funrural conforme inciso III do artigo 80 da instrução normativo RFB 971/09 é no vigésimo dia seguinte da aquisição do produto.

De acordo com as descrições nas notas fiscais do produtor rural ,algumas notas se encontravam com o destacamento dos impostos e contribuições, algumas não encontravam o destacamento dos impostos e contribuições, mas em todas as vendas de milho ocorreu o recolhimento devido dos impostos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa científica traz uma análise da legislação do Estado de Mato Grosso para a comercialização de grãos de milho, trazendo como objetivo geral a apuração dos custos da produção da cultura do milho, quais as tributações incidentes na venda de milho realizado pelo produtor primário, cuja identidade será preservada, localizado no município de Lucas do Rio Verde, Safra 2010.

Após identificar os custos de produção de milho na propriedade analisada, podemos perceber que os custos que envolvem os insumos e o combustível são responsáveis pela maior parte dos custos diretos da produção, e que neste caso, o produtor obteve um lucro bruto médio de R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos), e após a dedução dos tributos incidentes na emissão da Nota Fiscal de venda, o lucro líquido por saca resultou em R\$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos) o que corresponde em termos percentuais à aproximadamente 41,92% de lucro líquido, ressaltando que não foram consideradas para esta análise as despesas do período. O produtor considerou o resultado satisfatório, uma vez que o histórico de preço do milho sofre com as influências da produção no exterior.

Na pesquisa realizada identificamos que as tributações incidentes na comercialização dos grãos de milho é o FAC – Fundo de Apoio a Cultura, o FETHAB – Fundo de transporte e

habitação, o Funrural – Fundo de assistência ao trabalhador rural, juntamente o SENAR – Serviço nacional de aprendizagem rural, no caso do produtor rural o imposto sobre circulação de mercadoria e serviço – ICMS por ser optante pelo diferimento, sendo assim o ICMS não incide sobre a comercialização dos grãos.

Esta pesquisa objetivou o aprofundamento ao conhecimento a respeito de quais impostos são incidentes de como é cobrado e calculado, bem como dos custos envolvidos na produção da cultura de milho numa propriedade rural do município de Lucas do Rio Verde, MT.

O que observamos de irregularidade nesta pesquisa é que em algumas notas fiscais não há o destacamento dos impostos das notas, dificultando a análise e para os registros das notas fiscais, se há ou não o recolhimento dos impostos.

Referências

ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BONOMA, T. V. Case research in marketing: opportunities, problems, and process. **Journal of Marketing Research**, v.22, n.2, p.199-208, 1985.

BRASIL. **Código Tributário Nacional, Código Comercial, Código civil (excertos), legislação Tributária e Empresarial, Constituição Federal**. Organização dos textos por Roque Antonio Carrazza e Vera Helena de Mello franco. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BRASIL. **Decreto 3.048**, de 06 de maio de 1999. Presidência da Republica, Casa Civil Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

BRASIL. Mato Grosso, Lucas do Rio Verde. **Economia Municipal**. Disponível em: <<http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/economia.asp>>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Pretince Hall, 2002.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2005.

Fazenda do Estado de Mato Grosso, Palácio Paiaguás, Cuiabá, MT. Disponível em: <<http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-legislacao/legislacaosad.nsf/5edf9c5193c58088032567580038916b/3a4f0d55269ff4d504256ed20043b15e?OpenDocument>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994. 253p. p. 208-229

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 07 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica. 12 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

MATO GROSSO. **Decreto 1.950**, de 27 de maio de 2009. Secretária da Fazenda do Estado de Mato Grosso, Palácio Paiaguás, Cuiabá, MT. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legislacaotribut.nsf/fraWebDocumento?OpenFrameSet&Frame=frmFrame2&Src=_c5t9misrkclmm2bqccljmisrcc5hm2rpfdhimeqbjdhgm6obfehpbiojlegn6ssr65ti3aopg6kp3ac9170o62or6clij0d1i6krj0d9n60o3edpp65hm2fqfe1imshjfe9micgblehncsj1dlim80_>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MATO GROSSO. **Lei Ordinária 7.263**, de 27 de março de 2000. Secretária da

MATO GROSSO. **Regulamento do ICMS**. Secretária da Fazenda do Estado de Mato Grosso, Palácio Paiaguás, Cuiabá, MT. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 10 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

PADOVEZE, C. L.; **Manual de Contabilidade Básica**: uma introdução à prática contábil. 05 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PUBLICAÇÃO. Mato Grosso: IMEA. **Informativo Plantio Milho Safra 2009/2010**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/10_03_18_IPMilho.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

PUBLICAÇÃO. Mato Grosso: IMEA. **Informativo Plantio Safra Soja 2009/2010**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/09_12_03_APSoja.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

REZENDE, A. J; PREIRA, C. A.; ALENCAR, R. C. **Contabilidade Tributária**: Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

SABBAG, E.; **Manual de Direito Tributário**. 02 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, L. L.; **Contabilidade Gerencial e Tributária**. 04 ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

TULL, D. S. & HAWKINS, D. I. **Marketing Research, Meaning, Measurement and Method**. Macmillan Publishing Co., Inc., London, 1976

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.